

International Migration Outlook: SOPEMI - 2006 Edition

Summary in Portuguese

Perspectivas da Migração Internacional: SOPEMI – Edição 2006

Sumário em Português

Editorial

Gerenciamento da migração – um equilíbrio delicado

Com o aumento da migração e com a escassez da mão-de-obra, a migração invadiu a agenda política dos países da OCDE...

A migração internacional invadiu a agenda política na maioria dos países da OCDE na última década. Há diversas razões para isso. Em primeiro lugar, os fluxos de imigração cresceram rapidamente durante os anos 1990 e voltaram a crescer agora, recorrendo às vezes, a meios irregulares ou não convencionais (pedidos de asilo político, turismo prolongado). Atualmente, cerca de três milhões de imigrantes a longo prazo entram legalmente nos países da OCDE a cada ano, e muito mais ainda, se considerarmos os movimentos migratórios temporários, incluindo-se os estudantes internacionais (cf. Capítulo 1). Nesse cálculo, não estão incluídos os movimentos não autorizados. Em segundo lugar, com o envelhecimento das populações e o interesse decrescente de certas ocupações nos países da OCDE (ciências, áreas específicas da construção), prevê-se que, num futuro bem próximo, será necessário haver imigração para o trabalho.

Isto só será possível se os imigrantes passados e atuais, cujo quantitativo é cada vez maior, puderem se integrar facilmente nos países anfitriões. Porém, o perfil dos imigrantes no mercado de trabalho, considerando-se as entradas passadas e as mais recentes em muitos países e até para sua descendência, não é tão favorável como no passado.

... mas o gerenciamento da migração se tornou um delicado exercício de equilíbrio

Portanto, os governos enfrentam a delicada tarefa de alcançar o equilíbrio entre a abertura para a migração internacional, na esperança de atrair as competências requeridas

para satisfazer às necessidades internas, a firmeza no gerenciamento dos fluxos migratórios para provar à opinião pública e aos migrantes potenciais que não são tolerados movimentos não-autorizados, e a implementação de políticas efetivas para assegurar a integração dos imigrantes.

É difícil alcançar o justo equilíbrio. Para tanto, tem-se de conseguir a medida exata de migrantes selecionados e não-selecionados, migrantes temporários e permanentes, com alta e baixa qualificação, e um modo mais generalizado de abertura e controle.

A seleção de migrantes não é justa, e nem todos os migrantes podem ser selecionados.

Primeiro, a seleção de migrantes nem sempre é justa. Aliás, em todos os países, há movimentos significativos de imigração, a respeito dos quais os governos observam uma discricção limitada. Isto se deve ao reconhecimento dos direitos humanos (o direito dos residentes de viver com suas famílias, ou de casar com ou adotar quem quiserem), ou à celebração de acordos internacionais (tais como a Convenção de Genebra, referente aos refugiados, ou os tratados de livre movimento). Em muitos dos países anfitriões, esses movimentos “não-discricionários” (cf. Capítulo 2) constituem fontes de emprego, mas nem sempre para as ocupações demandadas. Satisfazer as demandas significa aumentar os níveis totais, para atrair as pessoas certas com as capacidades certas.

Em alguns países, a seleção é realizada com base na competência lingüística, na experiência profissional, no grau de instrução e na idade...

Como devem ser escolhidos os imigrantes, e qual o quantitativo? Os imigrantes devem ser selecionados com base nas suas características, atribuindo-se-lhes pontos para sua competência lingüística, experiência profissional, grau de instrução e idade, e selecionar unicamente aqueles que obtiverem o número mínimo de pontos exigidos? Esse critério é adotado na Austrália, Canadá e Nova-Zelândia, e os regimes migratórios desses países são muitas vezes apontados como modelos a serem seguidos pelos outros países da OCDE. Cerca de 60% ou mais de imigrantes (incluindo-se membros da família) fazem parte do fluxo migratório qualificado nesses países.

... enquanto em outros, os empregadores fazem a seleção, de modo que, ao chegarem, os trabalhadores tenham um emprego

Na prática, com exceção das pessoas que se deslocam em regimes de livre movimentação, como na União Européia, os empregados imigrantes legais são selecionados em todos os países. Na Austrália, Canadá e Nova-Zelândia, a diferença consiste na seleção dos imigrantes pelos empregadores, mais do que pelas administrações nacionais. No entanto, os governos às vezes impõem critérios salariais, ocupacionais ou educacionais que limitam as possibilidades. E quando são selecionados pelos empregadores, os imigrantes, ao chegarem, já têm um emprego e não precisam lutar por conta própria num novo país. Historicamente, a introdução de imigrantes selecionados no mercado de trabalho sem emprego prévio deu certo para a Austrália e o Canadá. Recentemente, porém, este sistema revelou seus limites, na medida em que os empregadores atribuem cada vez menos valor à experiência profissional e às qualificações dos estrangeiros. Portanto, esses países também passaram a atribuir pontos

aos imigrantes potenciais para propostas de emprego e a selecionar as pessoas que já se encontram no país com um estatuto temporário.

Decidir o número de imigrantes que se deve deixar entrar não é evidente...

Deixar entrar o número exato de imigrantes é um outro desafio: permitindo-se a entrada de muitos imigrantes, alguns terão dificuldade em encontrar emprego ; deixando-se entrar um número reduzido, as condições do mercado de trabalho podem se tornar restritas. Alguns países conseguem isso fixando objetivos ou limites numéricos (cf. Capítulo 2). Não é muito clara a maneira como esses objetivos são determinados. Por um lado, parecem refletir objetivos demográficos; por outro lado, a experiência passada e os julgamentos políticos sobre o que pode ser absorvido pelo mercado de trabalho e pela opinião pública.

... e alguns países o fazem fixando metas ou limites predeterminados, aos quais se mantêm.

Metas e limites apresentam a vantagem de demonstrar à opinião pública que os movimentos estão sendo gerenciados. Mas precisam ser determinados cuidadosamente para garantir que estão de acordo com os requisitos internos do mercado de trabalho, o que nem sempre é uma tarefa simples. Um dos riscos é a possibilidade de concentração da oferta, se o número de candidatos exceder o número de vagas disponíveis. Essa concentração da oferta pode ser também fonte de frustração, tornando o sistema migratório menos flexível e servindo para encorajar as entradas ou permanências irregulares de candidatos que seriam elegíveis de outra forma.

A migração temporária é uma das maneiras de se resolver algumas necessidades de trabalho...

Algumas necessidades de trabalho podem ser alcançadas através de movimentos migratórios temporários e, no passado, já houve experiências bem sucedidas nessa área. Estas sugerem que a migração temporária pode ser gerenciada se a própria natureza do trabalho a ser realizado for temporária, se todas as partes interessadas, incluindo-se os empregadores, estiverem envolvidas na contratação, e se empregados e empregadores tiverem uma nova oportunidade de se encontrarem no futuro [posteriormente].

...mas não aquelas que são regulares e estão em andamento

Considerando-se que é mais fácil vender para uma opinião pública cética, a maioria dos países prefere ter um movimento migratório temporário de trabalhadores com baixa qualificação. Esses empregados tendem a ser menos flexíveis ante uma economia em mudança, e sua integração pode ser mais demorada. Mas é pouco provável que as atuais necessidades de trabalho regular possam ser razoavelmente satisfeitas pela entrada e saída de empregados temporários. Os empregadores querem conservar empregados de confiança, em vez de treinar eternamente novas coortes. Portanto, a migração de trabalhadores com baixa qualificação precisa ser permanente.

Se as autorizações de trabalho forem inferiores em relação à demanda, há um risco elevado de movimentos irregulares.

Se houver poucas possibilidades de os empregados com baixa qualificação entrarem, e se não houver outra fonte de oferta de trabalho que possa satisfazer às necessidades dos

trabalhadores com baixa qualificação, há um risco elevado de serem gerados movimentos migratórios irregulares. Isso acontece especificamente se o controle da migração e do trabalho irregulares for insatisfatório. Em alguns países, a população imigrante não-autorizada é estimada em mais de 3% da população total. Não se pode evitar, porém, o trabalho ilegal. A experiência de programas de regularização sugere que os empregadores que oferecem, muitas vezes, empregos legais aos candidatos potenciais, não têm necessariamente uma preferência pelos trabalhadores ilegais. Através de um programa adequado de permissão de trabalho que assegura que as autorizações de trabalho sejam concedidas rapidamente e em número suficiente, as necessidades desses empregadores podem ser alcançadas.

A migração de pessoas altamente qualificadas pode representar uma grande perda na passagem desses países para o mundo desenvolvido

Todos os países querem imigrantes altamente qualificados. Como praticamente todos os países da OCDE se tornaram países anfitriões, será maior a concorrência para atrair e reter, sobretudo, recursos humanos com alto grau de qualificação. A língua está se tornando claramente um problema para os países cujos idiomas oficiais não são falados além das próprias fronteiras. E até os emigrantes altamente qualificados têm encontrado problemas nos mercados de trabalho dos países da OCDE, trabalhando frequentemente em empregos para os quais são excessivamente qualificados. Há uma tendência crescente na contratação de estudantes em fase final de estudos; isso pode representar grandes perdas para os países-fontes, em particular, para os países de pequeno porte, ainda que isso seja ponderado por remessas significativas (cf. Capítulo 3). Os países da OCDE precisam pesar as vantagens desse tipo de contratação (integração rápida) contra qualquer efeito de fuga de cérebros que eles possam induzir.

Políticas públicas e discursos relativos à migração internacional precisam ser feitos de modo equilibrado.

As dificuldades na integração dos imigrantes em alguns países levaram a restrições na entrada e na permanência e, às vezes, a um discurso público ambivalente sobre a migração. As restrições e o discurso, se desequilibrados, podem ter efeitos adversos nas tentativas de atrair o tipo de emigrantes de que os países precisam, bem como na integração dos imigrantes atuais e da sua descendência. Os imigrantes potenciais têm que escolher entre numerosos países anfitriões, enquanto o mercado de trabalho e os resultados educacionais podem sofrer de um ambiente no qual os imigrantes não se sentirão bem-vindos.

... e os países que conseguem esse exercício de equilíbrio se destacarão

Em resumo, os países anfitriões que comprovaram um gerenciamento equitativo dos movimentos migratórios, que seja atraente, porém, firme, e de acordo com as necessidades nacionais, estarão numa posição mais favorável para aproveitar dos benefícios da migração internacional.

© OECD 2006

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilíngües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 94 53

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

